

REPRODUÇÃO/TV GLOBO



A intervenção começou pela Rua General Pantaleão Teles

Moradores contestam corte de árvores para ampliar Congonhas

Moradores do Jardim Aeroporto, na zona sul de São Paulo, protestam contra a retirada de árvores em uma área verde próxima ao Aeroporto de Congonhas. Eles dizem que foram surpreendidos pelo início do corte e temem a remoção de toda a vegetação do local. A intervenção começou pela Rua General Pantaleão Teles e está relacionada às obras de ampliação do aeroporto. A Aena, concessionária responsável pelo terminal, prevê entregar até 2028 um novo espaço para passageiros, com o dobro da área atual. Uma autorização ambiental expedida pela Cetesb em julho de 2025 prevê o corte de 781 árvores isoladas. No primeiro dia de intervenção, troncos, galhos e restos das árvores cortadas ficaram espalhados pela região. A Aena informou que a retirada é necessária para garantir a segurança das operações aeronáuticas e afirmou que fará a compensação ambiental.

Câmara debate segurança pública em 2027

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de São Paulo debateu nesta quarta-feira (21) a previsão de recursos para a segurança pública em 2027. A proposta destina R\$ 2,053 bilhões à Secretaria Municipal de Segurança Urbana, ante R\$ 1,9 bilhão em execução neste ano. A audiência integra a análise do projeto 752/2026 da Lei Orçamentária Anual, encaminhado pela Prefeitura. O orçamento municipal proposto para o próximo exercício soma R\$ 146,5 bilhões, com investimentos em R\$ 20 bilhões.

REPRODUÇÃO/REDE CÂMARA SP



Proposta destina R\$ 2,053 bi à Secretaria de Segurança Urbana

Folha salarial concentra verba para segurança

Na distribuição apresentada pela secretária de Segurança Urbana, Juliana Lopes Bussacos, a folha de pagamento deverá receber R\$ 1,3 bilhão. A Atividade Delegada, que permite a atuação de policiais militares durante as folgas, tem previsão de R\$ 384 milhões. Para o Smart Sampa, estão previstos R\$ 173 milhões. A Guarda Civil Metropolitana deverá contar com mais de R\$ 140 milhões, enquanto a Defesa Civil terá R\$ 6 milhões. Os valores apresentados integram a proposta orçamentária da Capital Paulista para 2027.

Moradores reivindicam base da GCM em Pirituba

Na participação popular, o Conseg da Vila Pereira Barreto reivindicou uma base fixa da GCM em Pirituba. O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa apresentou relatos de violência contra idosos. O presidente da comissão, João Ananias (PT), cobrou atenção às periferias e ampliação dos recursos da Defesa Civil, diante dos problemas provocados pelas chuvas e da necessidade de enfrentar enchente.

Verbas para trabalho

A proposta de orçamento de São Paulo para 2027 prevê R\$ 425,3 milhões para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Do total, R\$ 207,8 milhões devem financiar capacitação, formação e aperfeiçoamento dos trabalhadores. O PL 752/2026 foi enviado pela Prefeitura à Câmara, onde os valores ainda podem mudar.

Apoio ao trabalhador

O texto prevê R\$ 22,3 milhões para manter e operar os centros de apoio ao trabalho e empreendedorismo. A Adesampa tem previsão de R\$ 14,2 milhões, enquanto a São Paulo Investimentos e Negócios deve receber R\$ 38,8 milhões. Para a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura da cidade são previstos R\$ 109,2 milhões.

Aval para turmas EJA

Nesta quarta (21), a Comissão de Educação da Câmara de São Paulo deu parecer favorável ao projeto que obriga a Prefeitura a manter suas turmas presenciais da Educação de Jovens e Adultos (EJA). De autoria do vereador Celso Giannazi (PSOL), o PL 14/2020 busca impedir o fechamento dessas classes. A proposta ainda será discutida no Plenário.

Calendário em debate

A comissão também deu aval à criação do Dia do Empresário Lojista do Comércio, previsto para 15 de maio. A proposta é da vereadora Edir Sales (PSD) e altera o Calendário Oficial de Eventos da capital paulista. Na reunião, o colegiado aprovou nove dos dez projetos de lei da pauta. A votação de uma das propostas foi adiada.

Corte gera protestos

Moradores do Jardim Aeroporto, na zona sul de São Paulo, fazem protestos contra o corte de árvores relacionado à ampliação de Congonhas. Eles afirmam que foram surpreendidos pelo início da retirada da vegetação na Rua General Pantaleão Teles e temem a retirada de toda a área verde. O projeto prevê um novo terminal de passageiros até 2028.

Aena prevê compensar

A Cetesb emitiu, em julho de 2025, uma autorização ambiental prevendo o corte de 781 árvores isoladas. A Aena, concessionária de Congonhas, afirma que a retirada é necessária à segurança das operações aéreas e que fará compensação ambiental. A concessionária prevê que o novo terminal de passageiros tenha o dobro do atual.



ZANONE FRAISSAT/FOLHAPRESS

Equipe da Enel atende a chamado na zona sul de São Paulo

Procon da capital paulista multa a Enel-SP por apagões de 2025

Multa de R\$ 11,4 milhões é mantida após recurso da empresa de energia

Da **Redação**

O Procon Paulistano manteve a multa de R\$ 11.428.615,57 aplicada à Enel por falhas no fornecimento de energia em São Paulo entre setembro e dezembro de 2025. A decisão, publicada nesta quarta-feira (21) no Diário Oficial da Cidade, foi tomada após recurso da distribuidora contra a penalidade imposta no ano passado.

Segundo a Prefeitura, os problemas foram mais intensos entre 8 e 10 de dezembro, quando até 3 milhões de consumidores ficaram sem energia. A análise do órgão municipal reuniu reclamações de usuários e uma apuração técnica sobre a prestação do serviço pela concessionária.

O Procon identificou interrupções no abastecimento, problemas no atendimento e falta de informações aos consumidores. De acordo com a Prefeitura, a empresa já havia sido notificada, mas as providências adotadas foram consideradas insuficientes para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço.

O despacho da Secretaria Municipal de Justiça aponta descumprimento do artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor. A decisão também se apoia no Decreto Federal

nº 2.181/1997 e na Resolução Normativa nº 1.000/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Prefeitura

A Enel tem 15 dias, contados da publicação, para apresentar recurso administrativo. A decisão prevê desconto de 30% caso a concessionária renuncie expressamente, dentro do prazo recursal, ao direito de contestar a punição nas esferas administrativa e judicial e pague a multa em até 30 dias da intimação.

Desde 2023, o município de São Paulo tem recorrido à Justiça e a órgãos de regulação e controle para cobrar providências e questionar a continuidade da concessão.

Em dezembro de 2025, a Procuradoria Geral do Município notificou a Aneel e a Enel sobre veículos da empresa parados em garagens durante o apagão. Também pediu à Justiça Federal a conclusão da análise administrativa sobre a possível caducidade do contrato.

No dia 7 de abril de 2026, a Aneel instaurou o processo que pode levar ao encerramento da concessão, após apagões em 2023, 2024 e 2025. Em 11 de agosto, a agência rejeitou por unanimidade um recurso da Enel-SP e manteve o andamento do procedimento.